

**EDcl no AgRg nos EMBARGOS À EXECUÇÃO EM MANDADO DE
SEGURANÇA Nº 6.864 - DF (2008/0118298-0)**

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
EMBARGADO : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS
DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADVOGADO : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO E
OUTRO(S) - DF016362
INTERES. : CARMELIA DE OLIVEIRA ALVES
INTERES. : CARMILVIA MARIA COSTA MELLO
INTERES. : EDILIA BRITO DE AZEVEDO
INTERES. : EDINISSE ANDRADE BASTOS
INTERES. : ELIZABETH DA TRINDADE COSTA
INTERES. : EREMITA PALMEIRA RAMOS
INTERES. : EVELINA LAMENHA LINS OLIVIERI
INTERES. : GILDA MARIA VALENTE BOTTINO
INTERES. : IZABEL CARVALHO DE CARVALHO
INTERES. : IZAURA SANTOS DE AVILA
INTERES. : JOSELITA SOUZA DE FREITAS SAMPAIO
INTERES. : LAURA MARINS PAES COELHO
INTERES. : LEA ESPINOLA DA MOTA
INTERES. : LENIL DE SOUZA LACERDA
INTERES. : LINDAURA FERREIRA VASCONCELOS
INTERES. : LOURDES ALVES DA SILVA
INTERES. : LUZIA DA ROCHA CERQUEIRA
INTERES. : LYA MARGARIDA DE ANDRADE MOURA
INTERES. : MARIA APARECIDA DE FATIMA
INTERES. : MARIA CELINA PAULA DOS SANTOS
INTERES. : MARIA CONSTANCA PEREIRA CAMANDAROBIA
INTERES. : MARIA DA CONCEICAO MENDES VIANA
INTERES. : MARIA DA GLORIA MESQUITA DE AVILA
INTERES. : MARIA DE LOURDES GUIMARAES SA
INTERES. : MARIA DE LOURDES VITAL CERQUEIRA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. JUROS DE MORA. COISA JULGADA. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração, a teor do art. 1.022 do Código de Processo Civil, não são meio próprio ao reexame da causa, devendo limitar-se ao esclarecimento de obscuridade, contradição, omissão ou à existência de erro material no julgado.

2. Conforme consignado no acórdão embargado, “[...] tanto a limitação

temporal em virtude da reestruturação da carreira, quanto o percentual de juros incidentes ao mês foram analisados quando do julgamento do MS n. 6.864/DF e seus respectivos embargos de declaração, transitando em julgado o v. acórdão da e. 3ª Seção que determinou o pagamento de 3,17% a todos os filiados, bem como a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da impetração da segurança".

3. Reveste-se da imutabilidade própria da coisa julgada material a decisão que determinou a incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, porquanto já fora objeto de apreciação no referido julgamento do MS 6.864.

4. Não compete ao Superior Tribunal de Justiça o enfrentamento de suposta ofensa a dispositivos ou princípios constitucionais, ainda que para efeito de prequestionamento da matéria, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

5. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Joel Ilan Paciornik, Felix Fischer, Laurita Vaz, Jorge Mussi, Sebastião Reis Júnior, Nefi Cordeiro e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Antonio Saldanha Palheiro.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Rogerio Schietti Cruz.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019 (data do julgamento)

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator